



- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*

TRABALHO E CRIAÇÃO

TRABALHO NÃO REMUNERADO

A perda sucessiva da liberdade de uma pessoa ser útil fora de um «posto de trabalho» ou fora do controlo profissional é uma das experiências mais penosas, embora pouco reconhecida, da pobreza que caracteriza as sociedades modernas.

Todo o trabalho não remunerado é desprezado, quando não ignorado. A actividade autónoma ameaça o nível do emprego, cria desvios em relação à lógica do sistema, falseia o PNB. Hesita-se mesmo em classificá-lo como trabalho, dado que este termo deixou de significar o «esforço», a «tarefa», para se restringir ao misterioso investimento que, coroado pelo capital, torna uma fábrica produtiva e remuneradora. O trabalho já não é a criação a que o trabalhador atribui um determinado valor; é, antes de mais, um «lugar», quer dizer: uma coisa que situa a pessoa socialmente. Faltar ao trabalho é, necessariamente, ser desleixado ou preguiçoso e nunca poder ter a liberdade de fazer coisas úteis, para a própria pessoa ou para os amigos.

A mulher activa que tem a seu cargo o cuidado da casa, a educação dos filhos e, eventualmente, a ajuda a outros, situa-se na hierarquia social abaixo da mulher que «trabalha», por mais útil ou pernicioso que seja o tipo de produção em que esta está empregada.

A actividade, o esforço, a realização própria, a utilidade fora do círculo das relações hierárquicas e não classificadas profissionalmente constituem uma ameaça para as sociedades marcadas pela produção mercantil.

Esforçar-se por produzir qualquer coisa de agradável, gostar daquilo que se faz, são noções vazias de

sentido numa sociedade onde só conta o binómio «mão-de-obra/capital». A sensação de realização pessoal provocada pela acção espontânea, deixa de ter significado quando o que conta é apenas o estatuto social no seio das relações de produção, ou seja: o lugar, a situação, o posto de trabalho ou a sua designação.

Na Idade Média, quando se defendia que «fora da Igreja não há salvação», os teólogos debatiam-se em torno da questão de saber o que Deus faria dos pagãos que tivessem levado uma vida exemplar. Do mesmo modo, na sociedade contemporânea, onde o esforço só é considerado produtivo quando aplicado sob as ordens de um patrão, os economistas debatem-se sobre a questão do reconhecimento da utilidade das pessoas que escapam ao controlo de uma instituição, de um organismo, de um corpo social ou de um sector de trabalho determinado. O trabalho só é produtivo, respeitável e digno do cidadão quando o seu processo é planificado, dirigido e controlado por um agente profissional, que lhe garanta o estatuto de «normalidade».(...)

Ora, a qualidade de uma sociedade e da sua cultura dependerão cada vez mais do estatuto dos que «não trabalham»: continuarão eles a ser cidadãos marginais, «assistidos» pelos esquemas de previdência social, ou converter-se-ão em cidadãos produtivos, quem sabe se os mais representativos de entre eles? A alternativa parece clara: a sociedade industrial avançada pode degenerar num sistema de racionamento progressivo, atribuindo parcimoniosamente produtos e empregos em constante diminuição e formando cada

vez mais os seus cidadãos para o consumo estandarizado e para o trabalho inútil. Tal é a linha seguida pela maior parte dos governos actuais, cada um segundo os seus meios próprios, dado que, quanto mais rico é um país, mais urgente parece ser o dever de racionar o acesso aos postos de trabalho e de entravar

a actividade útil dos «sem-trabalho», com medo que ela prejudique o «mercado» de emprego. Mas o inverso também é possível: uma sociedade em que os trabalhadores frustrados se organizem para proteger a liberdade das pessoas serem úteis sem participarem nas actividades ditas «produtivas».

A SALA DE ESPERA

Pronto, é preciso ter paciência.

Aqui estamos sentados em bancos, ajuizadamente, delicadamente, tranquilamente. É preciso esperar. Na mão, guardo o meu número de ordem: não-de chamar-me.

Observo, no fundo da sala, a cabeça dos funcionários de serviço. Remexem papéis, entram e saem, telefonam. Corre-lhes bem o trabalho: vê-se que estão contentes consigo próprios, ingenuamente orgulhosos de estarem a exhibir o seu trabalho diante de tantas pessoas inúteis, sentadas, sem fazer nada.

O trabalho deles é fazer-nos esperar.

Há séculos que esperamos. Enchemos e preenchemos formulários, repetimos incansavelmente a data e o lugar do nascimento, o sexo, a nacionalidade, o número do cartão da caixa de previdência, do bilhete de identidade, da carta de condução e não sei de que mais. Narrámos as nossas vidas com todos os pormenores. Fizemos alarde dos nossos certificados. Apresentámos as nossas modestas pessoas, na altura devida, diante de um areópago de três jovens examinadores, cheios de soberba e de inocência.

Em que podemos ser-lhes úteis? perguntam eles. Mas, no fundo, não sabem, não vêm com clareza onde nos devem classificar, não encontram nos ficheiros o dossier certo. Talvez o caso

fosse outro se tivéssemos vivido noutra época? Ou se viéssemos a nascer daqui a cem anos? Mas, francamente, hoje, no dia em que estamos, que poderão eles fazer por nós?

A verdade é que nós sabemos perfeitamente o que queremos fazer: nenhum de nós põe em dúvida, com a devida modéstia, a sua competência; temos mesmo o despudor de só querer fazer o que nos interessa!

Não temos é nenhum letreiro afixado nas costas: não somos aquilo que, com conhecimento de causa, se pode considerar um «perito», com a respectiva definição e preço de custo (incluindo os anos de antiguidade bem contados, claro...)

Talvez o erro seja nosso em esperarmos aqui? Talvez o desejo secreto de todos estes simpáticos burocratas seja o de nos fazerem esperar mais e mais, até cairmos no cansaço e no abandono totais? Talvez — ideia singular — talvez eles tenham um medo terrível de que nós nos metamos a fazer o nosso trabalho, sem lhes pedir licença?

*Maurice Bellet
in «Le lieu du combat»
Desclée, Paris 1976*

O DIREITO AO DESEMPREGO CRIADOR

Uma boa parte da população, particularmente da população rural, trabalha duramente, sem ter um «emprego». O seu modo de produção autónomo é hoje, porém, objecto de progressiva desvalorização, dada a existência de um preconceito ideológico a favor da «produção» de postos de trabalho burocráticos, orientados para o consumo de bens e de serviços.

Como restituir respeitabilidade política ao conjunto desses profissionais — entre os quais se contam as chamadas «donas de casa» — que permanecem fora das relações sociais controláveis pela burocracia, que, pela natureza pessoal e autónoma do seu trabalho, escapam à quantificação dos sociólogos, que, pela própria natureza dos meios políticos, essencialmente masculinos, estão condenados à ignorância?

Trata-se de promover a valorização do **desemprego criador**, modo pelo qual os indivíduos e as comuni-

dades subsistem graças aos valores de uso produzidos no seio da comunidade primária.

Trata-se de considerar o direito de acesso ao desemprego criador como um direito tão importante como o acesso à distribuição de bens e de serviços.

Trata-se de reconhecer que o desemprego criador é a condição fundamental que torna possível, nas nossas sociedades, lutar, simultaneamente, pela redução radical da duração do trabalho, pela sua distribuição igualitária, pela limitação da produção ao que é útil ao trabalhador e à sua comunidade, pelo aumento da satisfação individual e colectiva e por uma redução significativa tanto dos salários como das despesas, visto que as pessoas deixam de ser obrigadas a comprar aquilo que elas próprias passam a ter tempo para produzir.

*Ivan Illich
in «Le chômage créateur»
Seuil, 1977*

O DINHEIRO — O ÚNICO MOTOR?

Numa sociedade onde toda a actividade humana é considerada sob o ângulo da compra e da venda, parece impossível tocar na hierarquia dos salários, suprimir os prémios, pôr em causa os privilégios desta ou daquela categoria. A máquina económica, dizem-nos, só pode funcionar com a ajuda desses estímulos materiais: é a palha que obriga os burros a trabalhar! É totalmente inconcebível que as pessoas possam trabalhar sem daí tirarem o lucro devido.

E no entanto, qualquer desses senhores «realistas», que não concebe o trabalho senão em função do dinheiro, é capaz de achar absolutamente natural encontrar, ao regressar a casa, os filhos tratados, a casa arrumada, a mesa posta, o jantar servido. Ora, todas estas tarefas foram realizadas, **gratuitamente**, pela sua mulher, que «não trabalha».

É com surpresa que as pessoas se dão conta de que 3/5 do trabalho feito na nossa sociedade não é remunerado e escapa assim à economia de mercado. Mas essa constatação não pode deixar de pôr em causa o papel do dinheiro como único motor do trabalho. Não é o único motor possível: tudo depende das circunstâncias.

Numa sociedade em que cada um tivesse o seu tempo, onde cada um tivesse aprendido a «pôr a mão na massa», as actividades domésticas seriam partilhadas por todos. Reencontrariam então o seu sentido: símbolo de troca mútua de afeição; responsabilização colectiva pelos aspectos concretos da comunidade a que se pertence; ocasião de fazer, agradavelmente, um conjunto de tarefas que, feitas cada dia por uma só pessoa, se tornam profundamente maçadoras.

Adret

*in «Travailler deux heures par jour»
Seuil, 1978*

DESEMPREGADOS CRIAM EMPREGOS

Os governos ocidentais parecem finalmente ter-se rendido à evidência: usando as fórmulas tradicionais, não lhes será possível assegurar, dentro de um prazo viável, o pleno emprego da sua população activa.

Ora é fácil compreender que uma taxa elevada de desemprego não deixa aos governantes uma plena paz de espírito... Cabe-lhes, pois, pôr à prova a sua imaginação para encontrarem formas de impedir o avanço da situação criada, mesmo que as soluções sejam apenas a título parcial e provisório.

Nessa linha, vale a pena referir, a título de exemplo, uma criação original do governo do Canadá, posta em prática a partir de 1971: trata-se dos «programas de iniciativas locais».

Os **Programas de Iniciativas Locais** proporcionam aos desempregados, durante períodos determinados (mínimo de 30 semanas) e com a ajuda financeira do Estado, a realização de trabalhos locais, com fins não lucrativos e de interesse social. O mecanismo é simples: um particular, uma associação, um município, um organismo público ou privado, elaboram um projecto, segundo normas estabelecidas. Entre os projectos que foram aceites e vieram a ser realizados podem citar-se: a manutenção e renovação de bens de interesse colectivo, desde monumentos históricos a bancos de jardim; a organização de desportos e ocupação de tempos livres para crianças, jovens ou delinquentes; a criação de clubes para pessoas da terceira idade; o lançamento de ateliers de artesanato.

O promotor do projecto faz acompanhar a sua proposta de um pedido detalhado de ajuda financeira ao Estado, indicando o interesse social do projecto, o número de pessoas que ele virá a empregar, etc. Os critérios de selecção obedecem a várias exigências: «criar empregos totalmente novos»; «fornecer produtos ou serviços úteis à colectividade»; «ser apoiados pela colectividade local»; «não entrar em concorrência com serviços ou instalações já existentes».

Os resultados atingidos não deixam de ser significativos: os programas permitiram empregar, anualmente, milhares de desempregados e tornaram possível pôr em acção um certo número de equipamentos

SÓ OS NOSSOS SONHOS NOS PERTENCEM

E o tempo em que não estamos ocupados a «ganhar» (ou a perder) a nossa vida, no trabalho? Aceitará o «sistema» deixar-nos esse tempo livre? Aceitará ele o risco de nos deixar dispor da nossa vida, como entendemos, por nós mesmos? Aceitará perder mais esta ocasião de lucro, quando lhe é possível incluir o tempo do «não-trabalho», no mundo mercantil?

A resposta está diante dos nossos olhos: espectáculos, férias, desportos, viagens organizadas — a chamada «indústria» dos tempos livres.

De um lado, há o trabalho, o tempo de trabalho, o tempo que se contabiliza e que se vende. Do outro, há o tempo do consumo, em que compramos o que foi preparado para nós.

Só os nossos sonhos nos pertencem...

Adret

*in «Travailler deux heures par jour»
Seuil, 1977*

sociais, com características inovadoras, provocando assim aumento de riqueza.

Mais importante do que os resultados quantitativos, necessariamente transitórios e limitados, é, porém, o contributo qualitativo trazido pelas experiências feitas: desenvolvimento de uma mentalidade **autogestionária** e **solidarizante**, permitindo aos desempregados vencer a amargura a que a sua situação os conduz.

*in «Innovations Sociales»
Autrement, 5/76*

TRABALHO E INICIATIVA CULTURAL

Torna-se indispensável atribuir à iniciativa cultural o lugar que lhe cabe na vida quotidiana do homem e no sistema social. Para tal, julgo essencial:

— que o tempo de trabalho seja reabilitado como tempo privilegiado de iniciativa cultural, tornando os trabalhadores responsáveis pela gestão, organização, controlo e inovação das tarefas que realizam e atribuindo-lhes os meios necessários ao exercício dessas responsabilidades;

— que o tempo de repouso e de distração, mantido dentro de limites razoáveis em função das necessidades físicas e psíquicas do homem, seja afecto à «fruição cultural», isto é: ao benefício gratuito dos frutos da sua própria actividade e da actividade de outros — no presente e no passado — em completa liberdade de escolha e sem referência a códigos obrigatórios;

— que o resto do tempo, particularmente aquele que seja conquistado através da redução do horário de trabalho, pela descoberta de novas soluções técnicas, seja consagrado à «actividade cultural», quer dizer: ao serviço da comunidade pelo incremento dos conhecimentos e qualificações próprias, pela acção política e social, pela cooperação no desenvolvimento local, nacional e internacional.

*Hugues de Varine
in «La culture des autres»
Seuil, 1976*

UMA CLIVAGEM A ULTRAPASSAR

Enquanto a literatura de ponta dos países altamente industrializados denuncia «o fim dos instrumentos» e enaltece o «desemprego criador», milhões de homens e mulheres reclamam o direito ao trabalho como direito social fundamental. É que a elaboração teórica e visionária do intelectual que sabe que estamos no termo da era do industrialismo entra em relação dialéctica com a escravatura sofrida pelas classes trabalhadoras nas sociedades onde o processo de industrialização se encontra em fase inicial ou, simplesmente, menos avançada.

De uma maneira ou de outra, todos nós vivemos, a vários níveis, a clivagem entre o trabalho opressor de hoje e o trabalho criador de amanhã:

Vive-a cada um de nós, quando confronta o sonho de uma obra de perspectivas ilimitadas com a dureza do quotidiano, onde os sonhos encontram assassinos, onde a obra é sabotada, onde as amplas perspectivas se convertem em caminhos estreitos.

Vive-a o conjunto da nossa sociedade, no conflito quotidiano entre as classes dominantes, que se julgam no direito de deter a decisão do trabalho e a sua arte, e a maioria dos trabalhadores, que se vê a braços com tarefas de que não entende o objectivo e de que não vê o significado social.

Vive-a o conjunto da humanidade, enquanto o planeta estiver dividido entre um hemisfério norte, onde é possível pensar que o **desemprego é criador**, e um hemisfério sul que, juntamente com as suas matérias primas, vende mão de obra barata e consome objectos de que não precisa.

É contra esta linha de clivagem que lutaremos para dizer que o trabalho do homem é solidário e que o **direito à beleza** é um direito de todos. «Para qué a revolução», perguntava-me há tempos um amigo, «se não formos capazes de gozar os bens que conquistámos?»

M. L. P.

O LUGAR DO GRATUITO

E o Mestre acrescentou:

Nenhum de vós viverá só para o trabalho, ou para o dinheiro, ou para aumentar o seu poder, ou para assegurar o seu bem-estar, ou para garantir o futuro dos que lhe estão confiados.

Nas vossas vidas haverá lugar para o grande repouso, o grande ócio, onde estareis disponíveis para aquilo que vem, atentos àquilo que não tem preço.

Reservareis, cuidadosamente, o lugar daquilo que é gratuito, do que não podeis comprar nem vender, do que existe só para o meu prazer.

Respeitareis, pois, o meu dia, o dia que eu reservei para mim.

*Maurice Bellet
Ibidem*

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.^o António dos Capuchos, 4, 5.^o, Lisboa. Composição e impressão: Silvas — Coop. de Trab. Gráficos, scrl.